



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

TERMO DE REFERÊNCIA - MANUTENÇÃO VEICULAR

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - O presente termo, tem por objeto o registro de preços para fins de CREDENCIAMENTO de interessados na Prestação de Serviços de mecânica leve e pesada, manutenção elétrica de veículos e máquinas, soldas e conserto de ar condicionado em veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota do Município de Itapuca.

1.2 - Considerando que objeto da presente contratação se faz necessário para a manutenção e continuidade da prestação dos serviços públicos, tendo em vista necessidade de manter a frota oficial de veículos automotivos da Prefeitura Municipal de Itapuca em perfeitas condições de uso e em bom estado de conservação, à disposição do serviço a qualquer tempo que forem demandados.

1.3 - O objeto desta aquisição não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 82/2023, caracterizando-se como comum, de acordo com justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.4 - A formalização da compra se dará por nota de empenho.

2 - FUNDAMENTAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Tendo em vista tratar-se de aquisição de serviços será realizada na modalidade credenciamento conforme art. 79, da Lei de Licitações 14.133/2021.

2.2 - A presente proposição encontra seu fundamento na legislação vigente, em especial da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos no âmbito da administração pública.

2.3 - A aquisição é necessária para atender demandas de consertos gerais nos veículos, máquinas e equipamentos de todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Itapuca/RS.

3 - DESCRIÇÕES DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A aquisição dos serviços descritos neste Termo de Referência solucionará a necessidade demandada pelos diversos setores citados, visando manter a frota de veículos em plenas condições de funcionamento, assegurando a manutenção adequada dos mesmos.

3.2 - A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizados em item do Estudo Técnico Preliminar.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Os requisitos da contratação se encontram pormenorizados em item do Estudo Técnico Preliminar.

5 - MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1- De acordo com a necessidade do município, a empresa será acionada para a prestação dos serviços necessários indicado pelo município.

5.2 - Todo e qualquer serviço somente poderá ser executado mediante apresentação de Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria requisitante, onde deverá constar a identificação do veículo, nome do servidor municipal solicitante/fiscalizador, dados dos serviços a serem executados e a Secretaria demandante.

5.2 - Será exigida garantia dos serviços prestados conforme as previstas no Código do Consumidor.

5.3 - A garantia dos serviços prestados compreende a substituição de material, defeitos de funcionamento, montagem, desgaste prematuro, envolvendo obrigatoriamente, a substituição das peças e o refazimento dos serviços.

5.4 - O período de garantia dos serviços ofertados deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data do Termo de Recebimento Definitivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

5.5 - Para serviços de reforma de motores (reforma geral ou parcial), o período de garantia mínimo para os serviços deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.6 - No período de garantia, caso o Município perceba algum defeito, seja por não ter atingido o resultado oferecido ou por defeito recorrente, o Município solicitará a Credenciada que o serviço seja refeito e entregue no prazo estipulado pela Município sem custos adicionais.

5.7 - Durante o período de garantia, o Município não efetuará nenhum tipo de pagamento ao credenciado a título de deslocamento de pessoal, equipamentos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, mão de obra e outros, devendo a Credenciada fornecer o suporte técnico necessário ao perfeito uso do objeto.

5.8 - O prazo de atendimento e solução dos problemas é de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação. Não havendo qualquer manifestação, o Município providenciará o conserto e/ou realização do serviço devendo ser indenizado pela Credenciada.

5.9 - Caso o defeito persistir, o Município poderá exigir da Credenciada a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

5.10 - A Credenciada deverá(ão) executar o serviço atendendo aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, com a quantidade de horas previamente estipulada para cada serviço, ou na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pelo fabricante, zelando e assumindo inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução dos serviços contratados, com mão de obra qualificada, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias à execução dos serviços, e as suas despesas sem alteração do valor dos serviços, assegurando ao Município o direito de fiscalizar, sustar, recusar, ou refazer qualquer orçamento, serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Credenciada, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Município eximirá a Credenciada de suas responsabilidades provenientes do Instrumento.

6 - MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O termo/contrato/ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.4.1 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.4.2 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.5 - A gestão do Contrato se dará através da Secretaria solicitante e a fiscalização do objeto contratado será realizada por servidor designado, o qual poderá solicitar a atuação da assessoria jurídica e do Controle Interno, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

6.6 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.7 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.8 - O contratado, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.9 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.10 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.11 - O gestor do contrato/ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do mesmo, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7 - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado em conformidade com os serviços solicitados pela Administração Municipal e efetivamente concluídos em até 30 (trinta) dias após a entrega dos mesmos, e desde que tenha havido o recebimento por parte do Município, o que ocorrerá quando constatado que o mesmo atende integralmente ao exigido na solicitação.

7.2 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela mesma empresa (razão social e CNPJ) que se habilitou a apresentou a proposta financeira para este processo.

7.3 - A Nota Fiscal emitida pela licitante vencedora poderá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número deste processo e do empenho, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.3.1 - Deverá ser emitida uma nota fiscal para cada requisição de compra/empenho e constar, ainda, a informação dos recursos próprios, alíquota e valor do imposto de renda, quando for o caso.

7.4 - O pagamento será efetuado via transferência bancária ou boleto, para tanto, informações da conta deverão ser disponibilizadas no documento fiscal.

7.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou na inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

7.6 - Para o recebimento do objeto do Termo de Credenciamento, o Município designará servidores nomeados através de portaria ou indicação do Termo de Credenciamento, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei nº 14.133/21, da seguinte forma:

7.6.1 - **Provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da execução do serviço, com a emissão do respectivo Termo Provisório, para posterior verificação da conformidade com o solicitado no termo de credenciamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

7.6.2 - **Definitivamente**, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da execução do serviço, com a emissão do respectivo Termo Definitivo, após a verificação da conformidade com o solicitado no termo de credenciamento.

7.7 - O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de credenciamento, devendo ser corrigido no **prazo de 2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação efetuada pelo Fiscal do Contrato, às custas da Credenciada, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

Parágrafo Único - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Credenciada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Credenciamento.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1 - A contratação será realizada por meio de Edital de Chamamento Público.

8.2 - Para fornecimento pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto deste Credenciamento, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

8.2.1 - Habilitação jurídica:

8.2.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.2.1.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.2.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.2.1.4 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.2.1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

8.2.1.6 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2 - Regularidade fiscal, social e trabalhista:

8.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.2.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

8.2.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.2.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.2.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.2.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

8.2.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão de até 90 (noventa) dias.

8.2.4 - Qualificação Técnica

8.2.4.1 - Certidão ou atestado de capacidade técnica da empresa, comprovando a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste edital, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo conter as seguintes informações:

a) identificação da pessoa jurídica emitente (razão social, CNPJ endereço e representante legal).

b) nome e cargo do signatário.

c) número (quando houver) e período de vigência do contrato.

d) descrição detalhada do objeto contratual.

8.2.4.1.1 - A certidão ou atestado poderá ser objeto de diligência, a qualquer momento, por parte do Agente de Contratação ou Comissão de Apoio, junto à Pessoa Jurídica que o forneceu, inclusive com a solicitação da comprovação, mediante cópias autenticadas dos contratos que lhe deram origem e visita às Pessoas Jurídicas que os expediram e os respectivos locais onde os serviços foram ou estão sendo executados.

8.2.5 - Outras

8.2.5.1 - Declaração de idoneidade que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

8.2.5.2 - Declaração de ciência que concorda com as condições contidas no Edital de Credenciamento Público e seu(s) anexo(s), e que assume a responsabilidade pelas declarações apresentadas, assumindo como firmes e verdadeiras.

8.2.5.3 - Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.2.5.4 - Declaração de indicação de item para participação.

8.2.5.5 - Indicação de endereço eletrônico.

8.2.5.6 - Declaração de inexistência de vínculo com órgão público.

8.2.6 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Credenciamento Público e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los por e-mail (compras@itapuca.rs.gov.br), após solicitação do Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

8.2.7 - Os documentos apresentados, em formato de cópia, deverão estar autenticados, por cartório ou por servidor municipal ou ainda, com assinatura digital, nos termos do art. 4º da Lei Federal n.º 14.063/2020.

8.2.7.1 - Para fins de autenticação por servidor municipal, somente será efetuada mediante a apresentação do documento original.

8.2.7.2 - Os documentos exigidos valerão nos prazos que lhes são próprios e inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8.2.7.3 - Será considerado inapto, o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Credenciamento Público e seu(s) anexo(s).

8.2.8 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será credenciado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Os valores da presente contratação não serão estimados, pois os serviços serão solicitados conforme demandas das Secretarias Municipais.

9.2 - Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 82/2023, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, valores buscados em pesquisas de preço em editais e contratos firmados pela Administração Pública.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - O dispêndio financeiro decorrente das aquisições ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária específica de cada Secretaria conforme necessidades.

GABINETE DO PREFEITO.

2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito.

33903900000000:1500/0001 7 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

0301.04.122.0003.2006 Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração.

33903900000000:1500/0001 32 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

2025 Manutenção da Patrulha Agrícola.

33903900000000:1500/0001 117 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE.

2028 Aquisição e Manutenção dos Veículos da Saúde.

33903900000000:1500/0040 152 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:1600/4500 153 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:2600/3550 516 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:1621/4011 154 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS.

2047 Aquisição e Manutenção dos Veículos, Máquinas e Equipamentos Rodoviários.

33903900000000:1500/0001 273 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.

2053 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental.

33903900000000:1500/0020 324 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:2500/0020 539 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:1550/1004 325 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

2054 Manutenção Transporte Escolar do Ensino Médio.

33903900000000:2500/0001 538 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:1553/1108 327 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:2553/1108 606 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

2058 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Infantil.

33903900000000:1500/0020 346 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:1550/1004 347 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CULTURA E TURISMO.

2074 Manutenção das Atividades da Sec. da Assistência Social, Cultura e Turismo.

33903900000000:1500/0001 415 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

33903900000000:2660/1093 616 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

2086 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Gestão

33903900000000:1500/0001 479 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA.

Itapuca, 11 de setembro de 2025.

Elizandro Ferreira Taborda

Airton Scorsatto

Renato Reck

Flavio Scorsatto

Analice Sebben Casagrande

Sirlei da Silva de Lima

Camila Scorsatto